

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/2026

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001 / 2026 PARA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO, CUSTÓDIA, RESTITUIÇÃO E PREPARAÇÃO PARA LEILÃO DE VEÍCULOS RECOLHIDOS PELOS ÓRGÃOS DE TRÂNSITO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ANEXO I – GLOSSÁRIO

ANEXO I - GLOSSÁRIO

Termo	Definição
ACORDO TRIPARTITE	Acordo firmado entre agente fiduciário, representando os FINANCIADORES, ou diretamente pelos FINANCIADORES, o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, que disciplina a relação entre as três partes visando à plena execução do CONTRATO, e a preservação dos interesses dos FINANCIADORES.
ADJUDICATÁRIA	LICITANTE VENCEDORA à qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO do respectivo LOTE, nos termos da legislação aplicável e do EDITAL.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta, federal, estadual, do Distrito Federal e dos municípios.
AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO	Agente que efetua as operações de trânsito para o DETRAN-SP ou DER-SP sendo, a Polícia Militar Estadual de Trânsito de São Paulo e a Polícia Rodoviária Estadual de São Paulo.
AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA	Conjunto integrado de soluções tecnológicas, de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA , composto por softwares, hardwares, APIs, bancos de dados, serviços de telecomunicação e rastreamento, além de rotinas de integração com sistemas do PODER CONCEDENTE .
ANEXOS	Conjunto de documentos que integram o EDITAL e/ou Contrato de Concessão.
ARREMATANTE	Pessoa física ou jurídica que participa do leilão de veículos apreendidos e oferta o maior lance sobre o bem leilado.
AUDIÊNCIA PÚBLICA	Etapa inicial da LICITAÇÃO realizada para tornar público o modelo da CONCESSÃO, esclarecer dúvidas e colher contribuições para a elaboração do EDITAL, CONTRATO e ANEXOS.
AUTO DE INFRAÇÃO	Documento contendo indicação de ato ou fato potencialmente sujeito à aplicação de penalidades contratuais ou regulamentares decorrentes da

Termo	Definição
	apuração de irregularidades verificadas durante as fiscalizações realizadas nos SERVIÇOS.
AUTORIDADE DE TRÂNSITO	Dirigente máximo do ÓRGÃO DE TRÂNSITO, a saber: o Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (DETRAN-SP) e o Superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER-SP).
B3	B3 S.A - Brasil, Bolsa e Balcão, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, 275, responsável pela prestação de serviços especializados de assessoria técnica e apoio operacional relativos aos procedimentos necessários à realização da LICITAÇÃO.
BENS DA CONCESSÃO	Todo e qualquer bem afetado ou associado à prestação dos SERVIÇOS, cuja posse, guarda, manutenção, conservação e vigilância são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO.
BLOCO DE CONTROLE	Grupo de acionistas da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO que exerce poder de CONTROLE sobre a companhia.
CADERNO DE ENCARGOS	Documento integrante do CONTRATO, com especificações, responsabilidades e condições a serem seguidas pelas partes.
CAPEX	<i>Capital Expenditure</i> , isto é, capital fixo necessário para implantar e manter o empreendimento em funcionamento.
CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO	Unidade Administrativa da CONCESSIONÁRIA responsável pelo recebimento dos chamados de OPERAÇÕES PROGRAMADAS ou OPERAÇÕES URGENTES e gestão dos serviços de recolhimento.
CENTRAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR	Central de Operações que presta apoio à Polícia Militar e à Polícia Rodoviária Estadual nas atividades de recolhimento de veículos.
CIDADÃO-USUÁRIO	Pessoa física ou jurídica cadastrado como proprietário ou representante legal do veículo apreendido.

Termo	Definição
COI	Central de Operações e Informações que dá apoio à Polícia Rodoviária Estadual de São Paulo nas atividades de recolhimento de veículos apreendidos.
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO	Comissão responsável pelo recebimento, exame e julgamento de todos os documentos licitatórios, e por conduzir os procedimentos relativos à LICITAÇÃO.
CONCESSÃO	Relação jurídica formada pela delegação das atividades objeto do CONTRATO, pelo PODER CONCEDENTE, com a interveniência do DETRAN-SP e DER-SP, à CONCESSIONÁRIA, nos termos, prazos e condições estabelecidas no CONTRATO e nos ANEXOS.
CONCESSIONÁRIA	Empresa vencedora do processo licitatório, detentora dos direitos de exploração das atividades previstas no CONTRATO.
CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	Documentos e respectivas condições observados e apresentados pelos participantes da CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [--]/[--], relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, na forma do EDITAL.
CONSÓRCIO	Associação de sociedades, fundos ou entidades com o objetivo de participar da LICITAÇÃO e, em sendo vencedor do certame, constituir-se em SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, segundo as leis brasileiras.
CONSULTA PÚBLICA	Etapa da LICITAÇÃO, realizada para divulgação da minuta de EDITAL, do CONTRATO e demais ANEXOS, bem como para o recebimento de sugestões dos interessados.
CONTRATO	Instrumento contratual assinado entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, através do qual é formalizada a CONCESSÃO.
CONTROLADOR(A) DE DADOS PESSOAIS	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao TRATAMENTO DE DADOS.

Termo	Definição
CONTROLE	Observados os termos do art. 116, da Lei Federal nº 6.404/1976, significa o direito de: i. deter a maioria dos votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o caso; e ii. usar efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar.
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL	Modalidade de licitação prevista no inciso XXXVIII do artigo 6º, c/c o artigo 28, inc. II da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021.
CONVÊNIO	Instrumento jurídico utilizado para formalizar a cooperação entre o PODER CONCEDENTE e órgãos ou entidades da administração pública, com o objetivo de integrar esforços vinculados ao OBJETO da CONCESSÃO.
COPOM	Centro de Operações da Polícia Militar que dá apoio à Polícia Militar Estadual de Trânsito de São Paulo nas atividades de recolhimento de veículos apreendidos.
CORRETORA CREDENCIADA	Sociedade corretora habilitada pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), devidamente autorizada a operar na B3 e que poderá ser contratada pela(s) LICITANTE(S), a critério destas, para representá-la(s) em todos os atos relacionados à LICITAÇÃO junto à B3, conforme o MANUAL DE PROCEDIMENTOS da B3.
CRONOGRAMA	Calendário dos principais eventos da LICITAÇÃO, nos termos do EDITAL.
DADO PESSOAL	Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
DATA BASE	Agosto de 2025.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO	Data em que o CONTRATO foi assinado pelas PARTES e que marca a eficácia do CONTRATO para todos os fins.

Termo	Definição
DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES	Data definida no EDITAL para submissão dos ENVELOPES na sede da B3 ou por intermédio da PLATAFORMA DE PROCEDIMENTOS DA B3.
DIRETOR DA SESSÃO	Representante da B3 que conduzirá a SESSÃO PÚBLICA DE CONCORRÊNCIA, em nome da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, segundo os ditames do EDITAL.
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	Documentos que deverão ser apresentados pela LICITANTE no ENVELOPE 4 – Documentos de Habilitação, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.
DOMÍNIO	Entidade para a qual está sendo realizada a OPERAÇÃO DE TRÂNSITO resultante no recolhimento de veículo, podendo ser o ÓRGÃO DE TRÂNSITO ou outros entes convenientes.
EDITAL	O instrumento convocatório à CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL e seus ANEXOS, contendo o conjunto de instruções e regras que orientam o procedimento administrativo de seleção da LICITANTE apta a receber a celebrar o CONTRATO.
ENVELOPES	ENVELOPES que deverão ser apresentados pela LICITANTE, incluindo ENVELOPE 1 – Credenciamento; ENVELOPE 2 – Garantia de Proposta; ENVELOPE 3 – Proposta de Preço; e ENVELOPE 4 – Documentos de Habilitação.
EVENTO DE DESEQUILÍBRIO	Evento, ato ou fato, que, comprovadamente, desencadeia o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e que enseja a recomposição do seu equilíbrio econômico-financeiro
FATOR DE DESEMPENHO OPERACIONAL	Fator calculado a partir dos indicadores utilizados para avaliação do desempenho operacional da CONCESSIONÁRIA.
FINANCIADORES	Bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais, agências de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos ou outras entidades que concedam financiamento à CONCESSIONÁRIA ou

Termo	Definição
	representem as partes credoras neste financiamento.
GARANTIA DE EXECUÇÃO	Garantia do fiel cumprimento das obrigações do CONTRATO, a ser prestada e mantida em vigor, pela CONCESSIONÁRIA, nos montantes e nos termos definidos no CONTRATO.
GARANTIA DE PROPOSTA	Garantia do fiel cumprimento da proposta a ser apresentada pelas LICITANTES, nos termos do EDITAL.
GRUPO ECONÔMICO	Compõem o GRUPO ECONÔMICO da LICITANTE ou da CONCESSIONÁRIA as sociedades coligadas, controladas ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes, do Código Civil, e do artigo 243, da Lei Federal nº 6.404/1976, e as empresas ou fundos de investimentos que possuam diretores, administradores, exceto conselheiros de administração, ou acionistas (estes últimos com mais de 10% (dez por cento) de participação) ou representantes legais comuns, bem como aquelas que dependem econômica ou financeiramente de outra empresa ou fundo de investimento, além das empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa.
HABILITAÇÃO JURÍDICA	Documentação necessária à comprovação de habilitação jurídica para contratação com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
INDICADORES DE DESEMPENHO	Conjunto de parâmetros, medidores da qualidade dos serviços prestados, que contribuirão para determinar a qualidade dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA, impactando o percentual da OUTORGA VARIÁVEL, nos termos previstos pelo ANEXO C.
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	Qualquer instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, ou órgão análogo, quando se tratar de instituição estrangeira, que tenha como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

Termo	Definição
INTERVENIENTES ANUENTES	Pessoa jurídica que participa de um contrato ou convênio sem ser parte principal, mas que manifesta formalmente seu consentimento (anuência) aos termos do acordo.
LICITAÇÃO	CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●], promovida pelo PODER CONCEDENTE para a seleção da CONCESSIONÁRIA que executará o objeto da CONCESSÃO
LICITANTE	Sociedades brasileiras ou estrangeiras, fundos de investimentos e/ou entidades que, isoladamente ou reunidas em consórcio, participam da LICITAÇÃO.
LICITANTE VENCEDORA	LICITANTE declarada vencedora por ter apresentado a proposta mais bem classificada para o LOTE e atendido a todas as condições do EDITAL.
LOCAL DA OPERAÇÃO	Local onde foi realizada a OPERAÇÃO DE TRÂNSITO que ensejou o recolhimento do veículo.
LOCAL DE RECOLHIMENTO	Local onde o recolhimento do veículo foi realizado.
LOCALIDADE	Grupo de municípios dentro de um LOTE onde deverá ser implantado PÁTIO, observados os indicadores de desempenho. A relação das localidades e municípios abrangidos constam do ANEXO B – CADERNO DE ENCARGOS.
LOTE	Agrupamento de municípios para CONCESSÃO dos serviços de recolhimento, custódia, restituição, preparação para leilão de veículos recolhidos por infração de trânsito, para exploração de determinada CONCESSIONÁRIA.
MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3 ou MANUAL DE PROCEDIMENTOS	Documento elaborado pela B3, contendo orientações, regras e modelos de documentos para os procedimentos de prestação de GARANTIA DE PROPOSTA, procedimentos operacionais, bem como os demais procedimentos pertinentes à realização da LICITAÇÃO.
ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO	Valor a ser pago pela CONCESSIONÁRIA à ARSESP na forma prevista na Cláusula Décima Quarta do CONTRATO.

Termo	Definição
OPERAÇÃO DE TRÂNSITO	Ação fiscalizatória realizada pelos AGENTES DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO, que enseja a remoção de veículos.
OPERAÇÃO DE URGÊNCIA	OPERAÇÃO DE TRÂNSITO realizada sem programação prévia.
OPERAÇÃO PROGRAMADA	OPERAÇÃO DE TRÂNSITO realizada de forma programada previamente.
OPERADOR(A) DE DADOS PESSOAIS	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS em nome do CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS.
OPEX	<i>Operational Expenditure</i> , isto é, capital necessário para a manutenção do empreendimento, constituindo-se de custos e despesas.
ÓRGÃO DE TRÂNSITO	Unidades do Estado que têm as atribuições de recolhimento, guarda, restituição e leilão de veículos apreendidos pelos AGENTES DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO, sendo elas o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (DETRAN-SP) e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER-SP).
OUTORGA FIXA	Pagamento realizado pela ADJUDICATÁRIA, de uma só vez, do valor exigido previamente à assinatura do CONTRATO, nos termos do EDITAL.
OUTORGA VARIÁVEL	Valor a ser pago pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula Décima Terceira do CONTRATO.
PARTES	PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA.
PARTES RELACIONADAS	Com relação à CONCESSIONÁRIA, qualquer pessoa do seu GRUPO ECONÔMICO, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis vigentes.
PÁTIO	Local da CONCESSIONÁRIA destinado à custódia dos veículos recolhidos, podendo ser PÁTIO DE APOIO ou PÁTIO PRINCIPAL.

Termo	Definição
PÁTIO DE APOIO	Local da CONCESSIONÁRIA destinado à custódia dos veículos recolhidos e em processo de leilão, sem atendimento ao público externo.
PÁTIO PRINCIPAL	Local da CONCESSIONÁRIA destinado à custódia dos veículos recolhidos no âmbito das OPERAÇÕES DE TRÂNSITO, com atendimento ao público externo.
PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e submetido à aprovação da ARSESP, dispondo sobre o processo de desmobilização ao final da CONCESSÃO, a fim de garantir a contínua e adequada prestação dos SERVIÇOS.
PLANO DE IMPLANTAÇÃO	Documento de detalhamento de etapas, recursos, cronograma e procedimentos necessários para a implantação e operacionalização dos serviços previstos na CONCESSÃO
PLANO DE INTEGRAÇÃO E GOVERNANÇA DOS SISTEMAS	Documento de detalhamento da arquitetura tecnológica, modelo de integração, diagramas, contingências, padrões utilizados, etapas de desenvolvimento, testes, homologação e implementação, critérios de aceitação e métricas, cronograma e demais procedimentos necessários para a integração do AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE.
PLANO DE SEGUROS	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA contendo a relação de todos os seguros de contratação obrigatória, nos termos da Cláusula 33 do CONTRATO, cujas apólices deverão estar válidas e vigentes durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, e dos demais seguros que a CONCESSIONÁRIA pretende, a seu critério, contratar, sendo passível de revisão nos termos do CONTRATO.
PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO	Conjunto centralizado de sistemas, serviços, bancos de dados e barramentos de APIs (Interfaces de Programação de Aplicação) provido pelo PODER CONCEDENTE. Esta plataforma funcionará como o núcleo de orquestração de toda a comunicação e troca de dados entre o CIDADÃO-USUÁRIO, os

Termo	Definição
	Agentes do Estado e os sistemas da CONCESSIONÁRIA, armazenando todos os eventos das jornadas de recolhimento, restituição do veículo e preparação para leilão.
PLATAFORMA DE LEILÕES DA B3	Portal eletrônico da B3 para a submissão dos ENVELOPES, caso a LICITANTE opte por essa modalidade.
PLATAFORMA TECNOLÓGICA	Conjunto formado pela integração da PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO e do AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA
PODER CONCEDENTE	O Estado de São Paulo, representado pela Secretaria de Parcerias em Investimentos.
POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	Documento elaborado e aprovado pelos órgãos de administração da CONCESSIONÁRIA que deverá conter as regras e condições para a realização de transações entre a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nos termos do CONTRATO.
PRAZO DA CONCESSÃO	Prazo de 26 (vinte e seis) anos contados da DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO.
PROGRAMA DE CONFORMIDADE	Programa a ser desenvolvido pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 29.7 do CONTRATO.
PROPOSTA DE PREÇO ou PROPOSTA	Proposta elaborada pela LICITANTE no âmbito da LICITAÇÃO e que conterà o valor de OUTORGA FIXA para exploração do objeto da CONCESSÃO, conforme regramento do EDITAL.
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	Documentação necessária à comprovação de habilitação econômico-financeira para contratação com o PODER CONCEDENTE.
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Documentação necessária à comprovação de habilitação técnica para contratação com o PODER CONCEDENTE.
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Compreende a somatória das receitas das TARIFAS DE RECOLHIMENTO, das TARIFAS DE CUSTÓDIA, da REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DE LEILÃO, descontados os

Termo	Definição
	tributos incidentes sobre a receita, calculada na forma da Cláusula 8.2 do CONTRATO.
RECEITAS ACESSÓRIAS	Receitas alternativas, complementares ou acessórias, decorrentes da execução pela CONCESSIONÁRIA de atividades acessórias ou de projetos associados, excluídas as receitas financeiras.
REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA	Atributo decorrente da apresentação e aceitação da documentação necessária à comprovação de habilitação fiscal e trabalhista da CONCESSIONÁRIA para contratação com o PODER CONCEDENTE.
REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO LEILÃO	Remuneração decorrente do SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE LEILÃO.
REMUNERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS E SERVIÇOS	Remuneração paga pela CONCESSIONÁRIA ao operador de tecnologia do PODER CONCEDENTE para utilização de sistemas e serviços disponibilizados por este, incluindo os serviços de comunicação e integração entre o AMBIENTE DE OPERAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA e a PLATAFORMA CENTRAL DO ESTADO.
REPRESENTANTES CREDENCIADOS	Pessoa natural nomeada e autorizada pela LICITANTE para atuar em seu nome durante a condução da LICITAÇÃO.
REVISÃO EXTRAORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, a pedido da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE, ou mediante provocação da ARSESP, a fim de ajustá-lo às mudanças, alterações ou condições que venham a influenciar o cumprimento contratual, nos termos do CONTRATO, e recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, apenas cabível nas hipóteses excepcionais previstas no CONTRATO, em que não seja possível tratar a questão em sede de REVISÃO ORDINÁRIA.
REVISÃO ORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, realizada a cada 4 anos, contados da DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, com o escopo de adaptar os INDICADORES DE DESEMPENHO, PLANO DE SEGUROS e quaisquer condições do CONTRATO às modificações que tenham sido percebidas neste

Termo	Definição
	período, a fim de recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na Cláusula 27.
SERVIÇO ADEQUADO	É o serviço que satisfaz às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, modicidade e cortesia na sua prestação, dentro dos melhores parâmetros de qualidade, valendo-se de todos os meios e recursos para a sua execução, aos padrões e procedimentos estabelecidos no CONTRATO, àqueles determinados pelo PODER CONCEDENTE e pela ARSESP e nos termos da legislação e regulamentação vigentes, especialmente observando o artigo 6º da Lei Federal nº 8.987/1995, e artigo 17 da Lei Estadual nº 7.835/1992.
SERVIÇOS	Conjunto de serviços cuja execução é atribuída à CONCESSIONÁRIA em razão da celebração do CONTRATO.
SERVIÇO DE RECOLHIMENTO	Retirada e deslocamento do veículo pelo operador e equipamento de recolhimento da CONCESSIONÁRIA do LOCAL DE RECOLHIMENTO para o PÁTIO definido pela CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO.
SERVIÇO DE CUSTÓDIA	Guarda e zelo de veículo em PÁTIO da CONCESSIONÁRIA, decorrente de SERVIÇO DE RECOLHIMENTO, incluindo todas as providências necessárias
SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE LEILÃO	Execução de todos os atos preparatórios necessários à realização do leilão.
SESSÃO PÚBLICA DE CONCORRÊNCIA	Sessão pública presencial, a ser realizada na data e hora estabelecidas no CRONOGRAMA, para: (i) abertura do ENVELOPE 3 – PROPOSTA DE PREÇO das LICITANTES que tiverem aceita a sua GARANTIA DE PROPOSTA; (ii) classificação das PROPOSTAS DE PREÇO; (iii) processamento, se o caso, da fase de lances; e (iv) abertura do ENVELOPE 4 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE VENCEDORA, sem prejuízo da prática dos demais atos pertinentes à LICITAÇÃO, nos termos dos procedimentos detalhados no

Termo	Definição
	EDITAL e no MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.
SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO	Conjunto de procedimentos, mensuração e avaliação de indicadores de desempenho da CONCESSÃO.
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO ou SPE	Sociedade anônima constituída na conformidade da lei brasileira com a finalidade específica de prestar os SERVIÇOS e as demais atividades geradoras de RECEITAS ACESSÓRIAS objeto da presente CONCESSÃO.
SUCESSORA	Empresa, consórcio de empresas ou fundo de investimentos que adquira o CONTROLE da CONCESSIONÁRIA nos termos do CONTRATO, ou à qual seja transferida a responsabilidade pela execução do escopo da CONCESSÃO, inclusive na hipótese de TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO.
TARIFA	Valor cobrado pela CONCESSIONÁRIA dos USUÁRIOS, nos termos do CONTRATO, em razão da prestação do SERVIÇO DE RECOLHIMENTO e do SERVIÇO DE CUSTÓDIA dos veículos recolhidos.
TARIFA DE CUSTÓDIA	Valor a ser pago pelo CIDADÃO-USUÁRIO, referente ao SERVIÇO DE CUSTÓDIA do veículo prestado pela CONCESSIONÁRIA.
TARIFA DE RECOLHIMENTO	Valor a ser pago pelo CIDADÃO-USUÁRIO, referente ao SERVIÇO DE RECOLHIMENTO de veículo prestado pela CONCESSIONÁRIA.
TERMO DE FISCALIZAÇÃO	Documento contendo registro de eventuais ocorrências apuradas nas fiscalizações dos SERVIÇOS, que a ARSESP deverá encaminhar à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO.
TERMO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO	Termo assinado pelo PODER CONCEDENTE estabelecendo que, após a verificação das condições exigidas pelo CONTRATO, autoriza o início da operação.

Termo	Definição
TERMO DE INÍCIO DE IMPLANTAÇÃO	Termo assinado pelo PODER CONCEDENTE que, após validação do plano de implantação, autoriza o início de implantação dos PÁTIOS.
TITULAR DE DADOS PESSOAIS	Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento, nos termos do art. 5º, inciso V, da Lei Federal nº 13.709/2018 e nos termos do CONTRATO.
TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE ou TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE ACIONÁRIO	Qualquer modificação de composição societária que implique modificação do CONTROLE, direto ou indireto, da CONCESSIONÁRIA, observada o disposto na Lei Federal nº 6.404/1976.
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS ou TRATAMENTO	Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
TRIBUNAL ARBITRAL	Colegiado arbitral institucional designado para solução das controvérsias sujeitas à arbitragem, nos termos e condições previstos no CONTRATO.
USUÁRIO DE SISTEMA	Pessoa que interage com determinado <i>Software</i> para realização de tarefas específicas.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	R\$ 35.929.000,00 (trinta e cinco milhões novecentos e vinte e nove mil reais), para o LOTE 1; R\$ 53.961.000,00 (cinquenta e três milhões novecentos e sessenta e um mil reais), para o LOTE 2; R\$ 44.949.000,00 (quarenta e quatro milhões novecentos e quarenta e nove mil reais), para o LOTE 3; R\$ 40.113.000,00 (quarenta milhões cento e treze mil reais), para o LOTE 4; R\$ 53.977.000,00 (cinquenta e três milhões novecentos e setenta e sete mil reais), para o LOTE 5; R\$ 91.630.000,00 (noventa e um milhões seiscentos e trinta mil reais), para o LOTE 6; e R\$ 43.537.000,00 (quarenta e três milhões quinhentos e trinta e sete mil reais), para o LOTE 7, conforme DATA BASE.
VERIFICADOR INDEPENDENTE	Empresa ou consórcio de empresas, a ser contratada(o) pela CONCESSIONÁRIA, que deverá

Termo	Definição
	proceder à avaliação independente da implantação dos PÁTIOS pela CONCESSIONÁRIA e dos INDICADORES DE DESEMPENHO do CONTRATO, bem como desempenhar outras funções previstas no CONTRATO e no ANEXO D.
VISTORIA DE ENTRADA	Procedimento de inspeção, realizado pela CONCESSIONÁRIA, de veículos recolhidos quando da entrada no PÁTIO, para registrar o seu estado físico no exato momento em que o veículo ingressa no PÁTIO.
VISTORIA DE RESTITUIÇÃO	Procedimento de inspeção, realizado pela CONCESSIONÁRIA, de veículos em custódia previamente à restituição ao CIDADÃO-USUÁRIO, para verificar a sua conformidade com as normas de trânsito e registrar alterações ou sinistros ocorridos durante o período de custódia.